



Simpósio de Integração Acadêmica

“Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”

SIA UFV 2023



Área temática: Sociologia Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamento de Ciências Sociais Projeto de Iniciação Científica

A diversificação produtiva em Itabira: o caso do CODECON e do FUNDESI

1. BEJAMIM, Vinicius¹; COELHO, Tádzio²

¹Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa. Adjunto ao grupo de pesquisa e extensão MINAs, bolsista de iniciação científica FAPEMIG 2022-2023;

²Professor Doutor no departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa.

Vinicius.bejamim@ufv.br - Tadzio.coelho@ufv.br

mineração, diversificação, dependência

Introdução

Nesta pesquisa buscamos entender os efeitos socioeconômicos das iniciativas legislativas que visam a diversificação econômica em Itabira, e a possibilidade de rompimento com a minério-dependência (COELHO, 2018). Partindo da leitura e análise da legislação responsável pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODECON), tal como do Fundo de Desenvolvimento de Itabira (FUNDESI), propõe-se a investigação de como tais iniciativas colaboram com o desenvolvimento do município em questão.

Objetivos

Itabira possui uma legislação voltada especificamente para a diversificação econômica, para além da mineração. Ao encontro da resolução, em sua justificativa, a lei apresenta a intenção de promover o desenvolvimento econômico da cidade, visando o aumento da arrecadação de impostos e a geração de empregos, questões “envoltas a mediação do Parque Municipal do Campestre, que constitui um projeto multidisciplinar, que busca ser um polo para tecnologia, ciência, meio ambiente, geração de renda e bem-estar”. Sendo assim, analisamos as leis relativas à diversificação produtiva municipal e a trajetória deste município desde a criação das iniciativas legislativas vislumbrando a possibilidade de terem ocorrido efeitos de diversificação econômica. Analisamos também o Projeto de Reconversão Produtiva em Territórios Dependentes da Mineração,

Material e Método

Por meio da análise das leis municipais de Itabira referentes a concessão de incentivos fiscais para a instalação de empresas no município por intermédio da execução estratégica do PNMI – *Parque Natural Municipal do Intelecto (PNMI)* e partindo da lei nº 2770, procura-se investigar como se dá a distribuição dos recursos nas modalidades de investimento do município em novos empreendimentos produtivos, ou mesmo na expansão daqueles que já existem. Tendo em vista que a iniciativa estabelece a possibilidade de concessão de isenção, redução ou diferimento de impostos municipais, como o

Apoio financeiro

Fundação de Amparo à pesquisa de Minas Gerais

Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), para empresas que venham a se instalar ou se expandir no município desde que se comprometa a alguns acordos interligados ao PNMI como a obrigação de contratação de trabalhadores locais ou o investimento em projetos sociais, pretende-se o acompanhamento de tais iniciativas junto ao poder público.

Para além disso, entrevistas realizadas com personalidades ligadas de alguma forma com o empreendimento minerário, seja na área de pesquisa acadêmica ou relacionadas a prefeitura, servem como registro para futura avaliação da distribuição e aplicação do recursos em questão.

Resultados e Discussão

Inicialmente e em síntese, entende-se que a Lei nº 2770 de Itabira é uma legislação que visa incentivar a instalação e expansão de empresas no município, através da concessão de incentivos fiscais, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico local. Assim, sob o *PNMI*, elaboram-se as diretrizes e normas que orientam o desenvolvimento territorial do município de Itabira, “em harmonia com os interesses coletivos” e individuais da comunidade em detrimento ao meio ambiente. Em tese, a lei aborda temas como uso do solo, zoneamento urbano, diretrizes para a ocupação do espaço público, entre outros. A partir do supracitado e, levando em conta que a pesquisa ainda encontra-se em curso, avalia-se necessário a coleta de dados, tanto por meio da análise documental da legislação municipal como por meio de entrevistas que possam complementar o estudo para a realização de uma avaliação mais profunda sobre os possíveis impactos socioeconômicos ao qual o FUNDESI se propõe

Bibliografia

COELHO, T. P. *Minério-Dependência em Brumadinho e Mariana. Revista LUTAS SOCIAIS (PUCSP)*, v. 22, p. 252-267, 2018

ITABIRA. Lei nº 2.770, de 27 de dezembro de 1991

ITABIRA. Lei nº 2.823, de 28 de julho de 1992

ITABIRA. Lei nº 2.925, de 17 de junho de 1993

ITABIRA. Lei nº 3.228, de 01 de novembro de 1993

ITABIRA. Lei nº 3.397, de 20 de novembro de 1997

ITABIRA. Lei nº 3.911, de 26 de outubro de 2005.